

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O QUE REVELAM AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS?

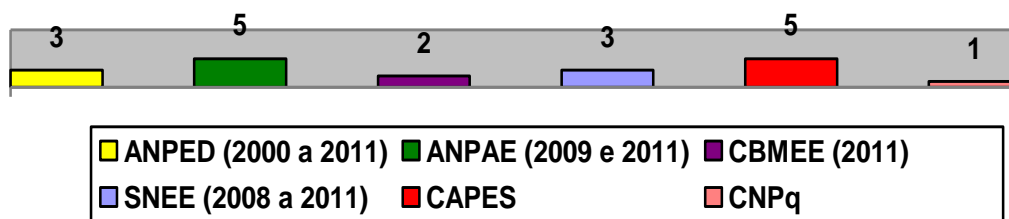
Marileide Gonçalves França – USP

INTRODUÇÃO:

O tema financiamento da educação especial constitui-se como eixo significativo para o processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais voltadas aos alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação, na medida em que o volume e a qualidade dos recursos determinam em grande medida o êxito e a direção dessas políticas. Com essa prerrogativa, buscamos analisar as produções científicas relacionadas ao financiamento da educação especial, de modo a identificar os focos de análise, os resultados, as contribuições e lacunas na literatura. Para tanto, consultamos os resumos de pesquisas disponíveis no Banco de Dissertações e Teses da Capes, os artigos publicados no banco de dados do Scientific Electronic Library Online (SciELO), os projetos indicados no CNPq vinculados aos pesquisadores de educação especial e financiamento da educação e os artigos publicados em eventos nacionais de educação: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped (2000 a 2011); Associação Nacional de Política e Administração da Educação - Anpae (2009 e 2011); Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino - Endipe (2010 e 2012); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs (2010 e 2011); e da Educação especial (Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação especial e Encontro da Associação Nacional Brasileira de Pesquisadores em Educação especial (2011); Seminário Nacional de Educação especial (2008 a 2011); e Congresso Brasileiro de Educação especial / Encontro Nacional dos Pesquisadores em Educação Especial (2008 e 2010).

No Portal da Capes, foram encontrados **cinco** trabalhos relacionados à temática. No portal da CNPq foi encontrado **um** estudo relacionado ao financiamento da educação especial. Nos eventos citados anteriormente, foram encontrados um total de **13** trabalhos assim distribuídos: três na Anped, cinco na Anpae, dois no Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação especial e Encontro da Associação Nacional Brasileira de Pesquisadores em Educação especial, três no Seminário Nacional de Educação especial, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Trabalhos relacionados ao Financiamento da Educação especial



Fonte: Autora

De acordo com o Gráfico 1, do total de 19 estudos encontrados, sobressaem trabalhos em anais de eventos científicos (68,4%), seguidos das dissertações e teses (26,3%) e um projeto voltado a temática pesquisada (5,3%). Após a leitura dos trabalhos identificamos as seguintes temáticas que predominaram na literatura: relação público privado, políticas públicas, políticas e gestão da educação especial e custo/aluno da educação especial.

RELAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO

A relação público/privado na educação especial revela dimensões contraditórias e complexas nos diferentes estudos. Silva (2001), ao analisar as políticas de educação especial no contexto das políticas sociais, observou que as políticas de educação especial têm sido marcadas pela disparidade entre uma política de “educação para todos” fornecida pelo Estado e o fortalecimento dos atendimentos por meio de organizações privadas sem fins lucrativos, filantrópicos e assistenciais. Em linha semelhante, Benatti (2007 e 2011) identificou no município de Campo Grande – MS, investimento financeiro por parte do poder público tanto para as instituições públicas não estatais como para o fortalecimento das escolas regulares no município. Nessa perspectiva, Moraes (2011), ao analisar as políticas de educação especial no Paraná evidenciou ações que fortaleceram a expansão das entidades filantrópicas amparadas com recursos públicos. Observamos nesse contexto que a relação público privado nas políticas de financiamento da educação especial desempenham um papel de extrema importância para a consolidação de políticas e práticas de atendimento educacional especializado, bem como observa-se que os recursos públicos têm se voltado também para a manutenção das instituições privadas de ensino.

POLÍTICAS PÚBLICAS

A discussão das políticas públicas também se destaca nas produções sobre o financiamento público voltados à educação especial, Sobrinho, Lavagnoli e Fonseca (2011) ao discutirem aspectos do financiamento da educação especial, a partir das publicações oficiais que identificam as políticas adotadas pelo Estado, bem como o fluxo de matrículas desses alunos em escolas municipais, estaduais e instituições privadas destacam o incremento do aparato legal nos anos recentes e observam que a materialização de tais políticas mantém vínculos estreitos à perspectiva médico clínica de deficiência, legitimando a insuficiência de recursos financeiros à oferta de uma educação pública qualificada às necessidades dos alunos com deficiência.

Viegas (2009), ao analisar as políticas divulgadas pelos órgãos oficiais do estado do Rio Grande do Sul, considerando a área de educação especial, identificou dois momentos distintos em termos de proposição de políticas: um período no qual há uma tendência de perspectiva mais “tradicional” das políticas públicas para a área, com ênfase nas “parcerias” com as instituições privadas, e um momento mais recente no qual parece predominar a proposição de políticas com base na participação e a mobilização popular. Esses estudos enfatizam a importância das políticas públicas para a consolidação das políticas voltadas às garantias dos direitos das pessoas com deficiência nos sistemas públicos de ensino. Além disso, destacam a ínfima participação do poder público no que tange a recursos voltados à educação especial. E a forte presença da iniciativa privada na histórica, formulação e implantação das políticas públicas voltadas à educação especial.

POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em contraposição, outros estudos revelam a forte presença do Estado nas políticas voltadas às políticas e a gestão da educação especial. Garcia (2009), ao discutir o modelo de gestão gerencial que perpassa a educação de alunos com deficiência, TGD e altas habilidades nos anos 2000, mediante programas induzidos por editais, observou que a educação especial está sob as mesmas regras de gestão que estão previstas na educação nacional. Além disso, identificou que há um movimento claro de intervenção estatal na política educacional no que se refere à educação dos sujeitos da educação especial.

Nessa direção, Corrêa (2011) investigou os recursos financeiros destinados às salas de recursos multifuncionais da rede municipal de ensino de Campo Grande (MS). Os dados preliminares apresentados apontam indícios da consolidação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) no planejamento da política da educação especial no município de Campo

Grande, ao se constatar a ampliação da sala de recursos multifuncionais. No entanto, o número de alunos que vem recebendo atendimento educacional especializado não foi ampliado na mesma proporção das salas de recursos. Assim, identificamos a interferência por parte do Estado, por meio de ações e programas, articulados pelo governo federal que implicam (in)diretamente nas políticas e gestão dos sistemas educacionais no intuito de assegurar o atendimento educacional especializado.

CUSTO/ALUNO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

No que se refere à temática custo/aluno da educação especial, encontramos apenas dois estudos. Cardoso (1997) teve como objetivo identificar e analisar comparativamente o custo/aluno e seus componentes em escolas da rede municipal do Rio de Janeiro. Os resultados mostraram o elevado custo da educação especial em face ao ensino comum. Destaca-se ainda que o custo direto de financiamento aluno/ano em escolas especiais foi maior que os custos da classe especial, principalmente no que diz respeito ao custo de pessoal. O estudo aponta ainda a necessidade de adotar critérios eficazes na alocação de recursos da educação especial, de modo a garantir a destinação de verbas às necessidades específicas da área. O trabalho de Moreira e Carvalho (2011) objetivou contribuir com reflexões sobre o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) de alunos com deficiência incluídos na escola pública de nível médio, a partir do contexto sócio econômico da cidade de Curitiba – Paraná. As autoras destacam que a prática inclusiva exige no mínimo um investimento duplicado em relação ao Custo Aluno Qualidade Inicial de aluno sem deficiência. Além disso, afirmam, de acordo com as simulações realizadas, que a ponderação de 1,20 calculado na lei que regulamento o Fundeb (BRASIL, 2007) não é satisfatória para o atendimento direcionado aos alunos com deficiência.

Assim, a literatura aponta para as diferentes configurações do papel do Estado, no que tange ao financiamento da educação especial, desde o seu descompromisso e/ou ausência, abrindo espaço para a iniciativa privada e assistencial, até a incorporação por parte do poder público da responsabilidade em oferecer e manter o atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação nos sistemas públicos de ensino. A análise realizada mostrou que há poucas pesquisas voltadas ao financiamento da educação especial, principalmente, no âmbito dos municípios, de modo a identificar o quantitativo de recursos voltados a essa modalidade de ensino. Assim como, a necessidade de aprofundamento de estudos voltados ao custo/aluno da educação especial. A ênfase das

produções está na dimensão público/privado. Desse modo, as produções revelaram as contradições e desafios que perpassam o financiamento da educação especial.

REFERÊNCIAS

BENATTI, Marielle Moreira Santos. **O financiamento público das instituições não-estatais de educação especial em Campo Grande – MS (2001-2005)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2007.

CARDOSO, Dalva Guaracyra Martins. **Custos da educação especial: análise comparativa do custo/aluno em escola da rede municipal do Rio de Janeiro**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 1997.

CÔRREA, Nesdete Mesquita. A educação especial e o plano de ações articuladas (PAR): em foco o programa de implantação de salas de recursos multifuncionais. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25, 2011. São Paulo. **Anais ...**São Paulo: PUC, 2011.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política e gestão da educação especial nos anos 2000: a lógica gerencial. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 24, 2009. Vitória. **Anais ...**Vitória: UFES, 2009.

MORAES, Valdete Aparecida Veiga de. Publicização/Privatização da educação especial no Paraná: gestão Requião (2003-2010). In: CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E VII ENCONTROS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 6, 2011. Paraná. **Anais...** Paraná: UEL, 2011.

MOREIRA, Laura Ceretta; CARVALHO, Ana Paula de. Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) para alunos com deficiência incluídos no ensino medido público de Curitiba. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25, 2011. São Paulo. **Anais ...**São Paulo: PUC, 2011.

SILVA, Shirley. Exclusão do público, inclusão do privado: a terceirização dos serviços na educação especial. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 24., 2001, Caxambu. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 26 out. 2012.

SOBRINHO, Reginaldo Célio; LAVAGNOLI, Camila Fuzato; FONSECA, Maysa Guimarães da. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25, 2011. São Paulo. **Anais ...**São Paulo: PUC, 2011.

VIEGAS, Luciane Torezan. Educação Especial no Rio Grande do Sul: uma análise da oferta e das políticas educacionais no período de 1988 a 2002. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 24, 2009. Vitória. **Anais ...**Vitória: UFES, 2009.

